Decisão do TST impede advogado de receber precatórios cedidos por trabalhador

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 08/06/2025



A decisão do TST sobre precatórios trouxe importantes impactos para advogados e trabalhadores. Os advogados não podem mais cobrar honorários sobre precatórios cedidos, o que pode afetar suas receitas e forçá-los a mudar suas abordagens de trabalho. Para os trabalhadores, essa mudança é vantajosa, pois garante o recebimento total do valor dos precatórios, fortalecendo seus direitos. No entanto, a decisão pode resultar em uma maior carga de casos no sistema judiciário, exigindo atenção para o adequamento das práticas legais.

A **precatórios** se tornaram objeto de uma decisão importante do TST, que tem implicações diretas para trabalhadores e

advogados. Vamos entender mais sobre o assunto?

O que são precatórios?

Os **precatórios** são ordens de pagamento emitidas pelo Poder Judiciário para quitar dívidas do Estado com cidadãos. Esses valores se originam de ações judiciais onde a Justiça determinou que o governo deve pagar alguma quantia a um indivíduo ou empresa.

Normalmente, os precatórios estão relacionados a condenações em processos que discutem questões como indenizações, salários atrasados e benefícios previdenciários. Quando um tribunal decide a favor de um reclamante, o governo recebe um prazo para honrar a dívida, mas esse processo pode demorar bastante.

O valor dos precatórios é pago em parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária do ente público. Além disso, a lei estabelece um cronograma para esses pagamentos, mas muitas vezes os beneficiários enfrentam longas esperas para receber o que lhes é devido.

É importante conhecer que existem diferentes tipos de precatórios, como os **judiciais** e os **alimentares**. Os precatórios alimentares são aqueles que dizem respeito a valores de natureza alimentar, como pensões ou salários. Eles possuem prioridade no pagamento em relação aos outros tipos.

Também é fundamental entender que os precatórios podem ser negociados e cedidos a terceiros. Isso significa que um credor pode vender seu precatório para um investidor ou outro comprador que deseje receber o valor antes do pagamento oficial.

O conflito de interesses na

advocacia

O **conflito de interesses** na advocacia é uma questão que merece atenção. Ele ocorre quando o advogado atua em casos que podem prejudicar outros clientes ou seu próprio código de ética. Isso pode acontecer, por exemplo, se um advogado representar duas partes opostas em um mesmo litígio.

É importante lembrar que os advogados devem sempre priorizar os interesses de seus clientes. Quando um conflito surge, isso pode afetar a confiança entre o advogado e o cliente. A transparência é fundamental para evitar mal-entendidos.

Os advogados devem se certificar de que não têm vínculos que possam interferir em sua capacidade de defender um cliente. Para isso, é comum que eles realizem uma análise cuidadosa antes de aceitar novos casos. Essa análise ajuda a identificar possíveis conflitos antes que eles se tornem problemas maiores.

Outro ponto a considerar é que a legislação oferece orientações sobre como lidar com esses conflitos. Existem regras que proíbem a representação simultânea de clientes com interesses conflitantes, garantindo que todos recebam uma defesa justa.

Os consultórios de advocacia costumam ter políticas internas para gerenciar esses conflitos, estabelecendo procedimentos que ajudem a prevenir situações complicadas. Seguir essas diretrizes é vital para manter a integridade da prática jurídica e a confiança do cliente.

Decisão do TST e suas implicações

A **decisão do TST** trouxe mudanças significativas para advogados e seus clientes. Recentemente, o Tribunal Superior do Trabalho decidiu que advogados não podem cobrar honorários sobre precatórios cedidos. Isso significa que se um trabalhador

ceder seu precatório, o advogado não poderá exigir um pagamento baseado no valor desse precatório.

Essa decisão visa proteger os direitos dos trabalhadores. O objetivo é evitar que eles percam parte do que lhes é devido para pagar honorários advogatícios. Agora, o foco é garantir que o credor receba o valor integral do precatório.

Além disso, essa nova regra pode afetar a atuação dos advogados. Muitos profissionais dependem das taxas aplicadas sobre esses valores. Por isso, a decisão gera discussões sobre a sustentabilidade das práticas atuais na advocacia.

O impacto pode ser notado especialmente no mercado de compra e venda de precatórios. Com essa mudança, os investidores podem reconsiderar suas ofertas, uma vez que o fluxo de receita para advogados foi alterado. É crucial para advogados e clientes entenderem as repercussões dessa decisão para ajustar suas estratégias.

Por fim, a decisão do TST é um lembrete da importância de acompanhar as mudanças na legislação. As regras na advocacia estão em constante evolução, e estar atualizado pode fazer toda a diferença na hora de defender os interesses dos clientes.

Consequências para advogados e trabalhadores

As **consequências para advogados e trabalhadores** da decisão sobre precatórios são significativas. Para os advogados, a mudança pode afetar diretamente suas receitas. Sem poder cobrar honorários sobre precatórios cedidos, muitos profissionais precisarão reavaliar seus modelos de negócios.

Isso pode levar a uma competição mais acirrada entre advogados. Muitos poderão buscar novas maneiras de atrair clientes. Isso poderá incluir serviços de valor agregado ou

orientações mais detalhadas sobre precatórios.

Já para os trabalhadores, a decisão é uma vitória. Com a proibição da cobrança, eles garantem que receberão o valor total do precatório. Isso representa um alívio financeiro importante para muitos que esperam pelo pagamento.

Além disso, a maior proteção para os direitos dos trabalhadores pode incentivar mais pessoas a buscar a Justiça. Como resultado, espera-se um aumento nas ações judiciais por dívidas contra a União.

Por outro lado, a decisão traz preocupações para o sistema de justiça. A sobrecarga de casos pode se intensificar. Isso pode atrasar ainda mais os pagamentos efetivos e a resolução de questões judiciais.

Portanto, a decisão impacta tanto advogados quanto trabalhadores. Enquanto advogados enfrentam novos desafios, trabalhadores conquistam maiores garantias de recebimento. Ambos os lados precisarão se adaptar a essa nova realidade no setor jurídico.

Conclusão

Em resumo, a decisão do TST sobre precatórios teve um grande impacto tanto para advogados quanto para trabalhadores. Os advogados precisarão se adaptar a novas regras e encontrar formas criativas de manter seus negócios. Isso pode levar a uma competição mais intensa e a melhorias nos serviços oferecidos.

Por outro lado, os trabalhadores ganham mais proteção e garantias de que receberão o valor total de seus precatórios. Isso é uma boa notícia, especialmente para aqueles que esperavam por esses pagamentos. No entanto, também é importante lembrar que o sistema de justiça pode enfrentar novos desafios.

Assim, todos no setor jurídico devem estar atentos a essas mudanças. Manter-se informado é a melhor maneira de garantir que os direitos de todos sejam respeitados e que as práticas advocatícias se adaptem a essa nova realidade.

FAQ – Perguntas frequentes sobre a decisão do TST e precatórios

O que é um precatório?

Um precatório é uma ordem de pagamento emitida pela Justiça para que o governo quite uma dívida com um cidadão.

Como a decisão do TST afeta os advogados?

Os advogados não podem mais cobrar honorários sobre precatórios cedidos, o que pode impactar suas receitas.

Quais são os benefícios da decisão para os trabalhadores?

Os trabalhadores garantem que receberão o valor total dos precatórios, sem os descontos priorizados sobre os honorários advocatícios.

Os advogados podem atuar em casos de precatórios cedidos?

Sim, mas eles devem ter cuidado para não infringir as regras sobre conflitos de interesse e cobrança de honorários.

O que pode acontecer com o sistema de justiça após essa decisão?

Aumento na quantidade de casos pode ocorrer, o que pode sobrecarregar o sistema e atrasar pagamentos e processos.

Como os trabalhadores podem se proteger ao negociar precatórios?

É importante que os trabalhadores conheçam seus direitos e busquem orientações legais antes de qualquer negociação sobre seus precatórios.

Fonte: www.conjur.com.br